

SUMÁRIO

1. HISTÓRICO	23
1.1. Abuso do Direito	24
1.2. Litigância de má-fé	25
2. LEGISLAÇÃO ESTRANGEIRA	
Abuso do Direito e a Litigância de má-fé	29
3. ABUSO DO DIREITO DE DEMANDAR	43
3.1. Definição e características	43
3.2. Diferença com litigância de má-fé	54
3.3. O direito à prestação jurisdicional	56
4. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ	59
4.1. Princípios norteadores da boa-fé	59
4.2. Definição de boa-fé	61
4.3. Definição de lealdade	63
4.4. Definição de verdade	65
4.5. A verdade processual x mentira real	70
4.6. Definição de litigância de má-fé	72
4.7. Ocorrências – Conduta	80



4.8. Aplicação da sanção	97
4.9. Execução da Multa	105
5. RESPONSABILIDADE PROCESSUAL DA PARTE	109
5.1. Na litigância de má-fé	120
5.2. Lide Temerária pelo aspecto da parte O abuso propriamente dito	122
6. RESPONSABILIDADE PROCESSUAL DO ADVOGADO	129
6.1. A Profissão do Advogado	129
6.2. Leitura do inciso V do artigo 14 do CPC com o Estatuto da Advocacia	136
6.3. Na litigância de má-fé	142
6.4. No abuso do direito A lide temerária	151
6.5. Reflexos éticos Visão do Estatuto da Advocacia	158
6.6. Imunidade	162
7. DOS DANOS COMPROVADOS	163
7.1. A reparação civil pelo dano processual Responsabilidade da parte	163

7.2. Da reparação pelos danos processuais	
Responsabilidade do Advogado	170
7.3. Natureza jurídica da Indenização	181
7.4. Dano Moral	183
7.5. Decisão do Tribunal de Ética e Disciplina	
da OAB e o seu efeito no Cível.....	185
8. DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS	187
8.1. Condenação nas custas e despesas	
O dever de englobar os honorários	
contratados como despesas	
Reembolso necessário à parte vencedora	187
9. CONCLUSÃO	191
10. BIBLIOGRAFIA	195

